

JORNAL CRP 03 BA

Informativo do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região
Ano 3 - Edição 3 - Janeiro/Abril 2011

www.crp03.org.br

GABRIELA BASTOS



“Novos tempos, novos rumos”

Gestão eleita assume o CRP-03. Cerimônia marcou a despedida do XII Plenário e a chegada das(os) 18 novas(os) conselheiras(os)

 **O que aconteceu nos últimos meses**
PÁGINA 3

 **Relações desiguais na folia baiana**
PÁGINA 18

 **Fala, Categoria! Resolução 009/2010**
PÁGINA 14

 **Dicas de leitura**
PÁGINA 19

CRP 03 – Por uma Psicologia voltada para aos Direitos Humanos

Mais um ano se inicia e com ele muitas novidades, novas (os) representantes no Senado, na Câmara Federal, nova presidenta da república e também nova plenária nos Conselhos Federal e Regional de Psicologia. Aliás gostaríamos de agradecer às (aos) profissionais dos estados da Bahia e de Sergipe pelos os votos que foram decisivos para vitória do Cuidar da Profissão aqui na 3ª Região, aos estudantes, profissionais de outras categorias e aos movimentos sociais pelo apoio e parceria de sempre.

Esse novo plenário representa continuidades e rupturas importantes. Continuidade no que diz respeito aos princípios defendidos pelo Cuidar da Profissão, que por sinal têm total sintonia com o tema do VII CNP "Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão".

Entendemos a promoção de direitos em seu significado mais amplo: no âmbito da defesa dos direitos humanos; do fortalecimento de populações em situação de vulnerabilidade social; da diversidade; da inclusão; do enfrentamento de complexos cenários, em especial nas políticas públicas; da defesa do direito à saúde; defesa do SUS; defesa da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial; da defesa da reforma da saúde suplementar; da defesa do Sistema único da assistência social (SUAS); do direito à educação para todos e todas; direito à democratização da comunicação; mobilidade humana; revisão do sistema prisional; dignidade e qualidade de vida no mundo do trabalho; combate às violações e retrocessos no campo dos direitos de crianças e adolescentes; defesa dos direitos da (os) idosas (os) e das mulheres; políticas de não violência; de gênero; pelo respeito à diversidade de etnias e raças; pelas ações afirmativas que visam desenvolver os grupos historicamente prejudicados; pela diversidade sexual; contra os preconceitos; pela dignidade e igualdade. E, é claro da defesa das condições de formação e trabalho da nossa categoria.

As rupturas dizem respeito à renovação de 2/3 do plenário, especialmente a participação de nada menos que seis conselheiras (os) do interior do estado da Bahia. O que reflete o processo iniciado na gestão anterior. Com essas pessoas consolidaremos a interiorização do Conselho, possibilitando maior autonomia às Subsedes, para que as mesmas possam desenvolver atividades mais condizentes com as suas realidades locais, além disso, estabeleceremos maior contato da sede com o interior deslocando algumas reuniões plenárias para o interior.

Mudanças também na comunicação, como vocês podem ver, estamos paulatinamente abrindo possibilidades de interação com a categoria e qualificando nossos produtos. Esperamos que vocês gostem do novo for-



Valter da Mata
(CRP 03/1990)
Presidente do CRP-03

mato do jornal e das demais mídias, que participem ativamente opinando e enviando-nos sugestões.

Salientamos que essa casa continuará aberta a todos os segmentos da categoria, assim como às (aos) estudantes e aos movimentos sociais que estejam comprometidas (os) com os ideais de compromisso social, lutando contra o machismo, o racismo, a homofobia e todas as outras formas de produção de iniquidades sociais e sofrimento psíquico.

Sabemos que também nosso país passa por profundas modificações e a Psicologia como ciência e profissão é convidada a dar sua parcela de contribuição. A todo o momento somos interpeladas (os) a dar respostas na área da psicoterapia, mobilidade humana, assistência social, esportes, segurança pública, entre outras. Não podemos ceder às soluções fáceis, ao contrário, devemos refletir sobre essas novas demandas, propondo dessa forma, uma atuação técnica e profissional apropriada, atentando sempre aos princípios éticos que nos orientam - e aí entram - mais uma vez - os direitos humanos

Prova do que acabamos de falar é o fato de que logo no início de gestão fomos procuradas (os) por movimentos, pelo Estado e por outros agentes. Desde a posse até o dia do fechamento dessa edição já apoiamos diversas iniciativas como a campanha "Não Bata, Eduque", o manifesto "Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade", o "Comitê Técnico de Saúde da População Negra" da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, a frente que discute a Violência Contra a Mulher, da Câmara Municipal de Salvador, o Ministério Público na capacitação em Direitos Humanos de agentes de segurança pública.

Não podemos esquecer que esse ano retorna ao Estado da Bahia, o Congresso Norte-Nordeste da Psicologia, que terá sua 7ª Edição realizada no período de 11 a 14 de maio, com o tema "Práticas e Saberes Psicológicos e suas Interconexões".

Como podemos ver, são muitas frentes de batalha, todas elas igualmente importantes. Por isso, conclamamos a categoria para juntar-se a nós para que consigamos atuar com a disposição e competência que nos é devida.

Desejamos a todas e todos um excelente ano de 2011. Que ele seja um ano de muitas conquistas para todas (os) nós. ☺

Índice

- 03 **Aconteceu**
- 04 **Reedição do texto:**
"As diretrizes curriculares nacionais para a graduação em Psicologia em três poemas modernistas."
- 06 **Posse XIII Plenário**
- 08 **Eleições no Sistema Conselho**
- 10 **Psicologia e arte**
- 11 **Informe Orçamentário**
- 12 **CREPOP**
- 13 **Perfil**
- 14 **Fala, Categoria!**
- 16 **Agenda**
- 17 **Reflexões sobre Psicologia e gênero**
- 18 **Reflexões sobre o carnaval**
- 19 **Dicas de leitura**
- 20 **Orientação e Ética**

Expediente

O **Jornal do CRP-03** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Diretoria:

Valter da Mata (presidente)
Alessandra de Almeida (vice-presidente)
Maria Célia Vaz (tesoureira)
Nicoleta Mattos (secretária)

Conselheiras (os) efetivas (os):

Carlita Bastos, Kueyla Bittencourt, Valdísia da Mata, Rosângela Castro, João Martins.

Conselheiras (os) suplentes:

Sônia Kader, Carlos Vinícius Melo, Arneith Peixoto, Leni Fragoso, Cássia Eugênia Cardoso, Rogério Abílio, Jeane Araújo, Clayton de Almeida, Émmila Di Paula dos Santos.

Comitê Editorial:

Carlos Vinícius Melo, Fernanda Vidal, Helena Miranda, Luciana França, Rosângela Castro e Valter da Mata.

Revisão Editorial:

Márcia Serra e Rosângela Castro.

Jornalistas Responsáveis:

Gabriela Bastos e Tom Correia.

Estagiária:

Vanessa Loureiro.

Projeto Gráfico e Produção Editorial:

AG Editora: (71) 3014-4999.

Impressão:

Sooffset Gráfica e Editora: (71) 3172-2121.
Tiragem: 6.300 exemplares.
Periodicidade: Quadrimestral.

Sede:

Rua Professor Aristides Novis, 27
B. Federação | Salvador | Bahia
Tel: (71) 3332-6168 | www.crp03.org.br

Carta das (os) leitoras (es)

Psicóloga (o) envie-nos um e-mail e indique sugestões de assuntos para o Jornal do CRP-03. Você também pode opinar sobre os textos já publicados e seu comentário pode aparecer neste espaço na próxima edição. O e-mail para contato é jornal@crp03.org.br. Participe!

Mensagens para o **Jornal do CRP-03** devem ser enviadas para jornal@crp03.org.br.

Fique por dentro do que aconteceu na área da Psicologia nos últimos meses.

Congresso Nacional da Psicologia

O VII Congresso Nacional da Psicologia (VII CNP) foi realizado entre os dias 3 e 6 de junho de 2010, em Brasília-DF e reuniu cerca de 180 delegadas (os) e observadoras (os), eleitas (os) em todos os estados do Brasil, durante os Congressos Regionais da Psicologia. O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, que acontece a cada três anos, onde são definidas as diretrizes que norteiam as ações dos Conselhos de Psicologia. Em 2010, o VII CNP teve como tema **Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão** e discutiu entre as (os) participantes os seguintes eixos: **eixo 1** - aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; **eixo 2** - construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional, e o **eixo 3** - diálogos com a sociedade e com o Estado. Para saber mais sobre o evento acesse o relatório e o caderno de publicações do Congresso. ☺



Relatório:

http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/100920_001.html

Caderno de Deliberações:

http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocuments/Deliberacao_VII_CNP.pdf

I Desafio Intermodal de Mobilidade Urbana de Salvador

A Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, em conjunto com o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN), realizou nos dias 2 e 18 de setembro de 2010, o I Desafio Intermodal de Mobilidade Humana e Trânsito (DI) de Salvador. O evento que já ocorre em outras capitais do país, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, tem como objetivo medir a eficiência de mobilidade de cada modal (bicicleta, ônibus, automóvel, motocicleta e táxi) em um mesmo trecho e período de tempo.

A 1ª etapa do Desafio em 02 de setembro, quinta-feira, teve sua largada às 18h36min, na área de serviços do Salvador Shopping, que fica entre as avenidas Tancredo Neves, Governador Luis Vianna Filho, conhecida como Av. Parelela, com destino a sede do CRP-03, localizada na Estrada de São Lázaro, Travessa Professor Aristides Novis, no bairro da Federação. O trajeto foi escolhido pela concentração de 40% do fluxo de veículos e pessoas nos horários de pico dos dias úteis.

O resultado desta etapa foi:

- **Motocicleta: 21 minutos**
- **Táxi com baldeação livre: 35 minutos**
- **Bicicleta: 38 minutos**
- **Automóvel: 41 minutos**
- **Bicicleta dobrável + ônibus: 50 minutos**
- **Ônibus com baldeação livre: 62 minutos**

Já na 2ª etapa do evento, no dia 18 de setembro, sábado, o DI teve o objetivo de aferir a capacidade de mobilidade na cidade em dia e horário de lazer da população nas zonas procuradas para este tipo de atividade. O ponto de partida foi a Sorveteria da Ribeira (Enseada dos Tanheiros – Itapagipe), às 16h33min, com chegada a Sorveteria Cubana (Praça Municipal de Salvador).

Nesta etapa o evento cobriu uma área integralmente dentro do Centro Expandido de Salvador, cruzando parte do seu Centro Antigo (Comércio) até

o Centro Histórico (Distrito da Misericórdia). Durante o roteiro foi testada a eficiência dos Ascensores Públicos de Salvador com os desafiantes se dividindo em pares: táxi com baldeação para o Elevador Lacerda X automóvel sem acesso ao Elevador, bicicleta dobrável com baldeação para o Elevador Lacerda X bicicleta comum sem baldeação, ônibus com baldeação e motocicleta. O resultado foi:

- **Ônibus + Elevador: 31 minutos**
- **Bicicleta dobrável: 27 minutos**
- **Bicicleta: 27 minutos**
- **Automóvel: 20 minutos**
- **Motocicleta: 17 minutos**
- **Táxi + elevador: 23 minutos**

A Comissão de Mobilidade Humana disponibilizou o relatório dessas duas atividades no site do CRP-03: www.crp03.org.br na página da Comissão. Acesse e veja o texto na íntegra. ☺

Resoluções CFP

Fique por dentro das resoluções lançadas pelo Conselho Federal de Psicologia! São elas:

- 1- Resolução CFP nº 010/2010 – Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes, envolvidas (os) em situação de violência, na Rede de Proteção;
- 2- Resolução nº 011/2010 - Cria o Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências;
- 3- Resolução nº 012/2010 - Institui o regulamento da eleição extraordinária para o Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região;
- 4- Resolução nº 019/2010 - Suspende os efeitos da Resolução CFP nº 009/2010 que regulamenta a atuação da psicóloga (o) no sistema prisional, pelo prazo de seis meses.

Entre no site da Pol: www.pol.org.br, clique em "resoluções" e veja todos estes textos na íntegra.

III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão

A terceira edição do Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão aconteceu entre os dias 3 e 7 de setembro de 2010, em São Paulo. O encontro, realizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), teve mais de 4 mil trabalhos inscritos e a participação de cerca de 7 mil psicólogas (os) para discutir e contribuir na produção dos saberes e fazeres da Psicologia. Conferências, simpósios, e mini-cursos fizeram parte da programação do evento. O CRP-03 incentivou financeiramente a ida de psicólogas (os) e estudantes de Psicologia da Bahia e Sergipe com trabalhos aprovados no Congresso. Para saber mais acesse a página do evento: <http://www.cienciaeprofissao.com.br/III/index.cfm>. ☺



Psinep

O I Encontro Nacional de Psicólogos (as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP) aconteceu entre 13 e 15 de outubro de 2010, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). O evento que foi precedido por debates preparatórios em vários estados do país, inclusive na Bahia, realizado pelo Grupo de Trabalho

Psicologia e Relações Raciais do CRP-03, reuniu psicólogas, pesquisadoras (es) e estudantes de psicologia com intuito de aprofundar as discussões e estender as linhas de pesquisa sobre a questão racial e Psicologia, na perspectiva do enfrentamento do racismo. O Conselho Federal de Psicologia juntamente com o CRP-03 e outros CRs foram apoiadores e parceiros do encontro. ☺

As diretrizes curriculares nacionais para a graduação em Psicologia em três poemas modernistas

TOM CORREIA



Por Mônica Lima - CRP 03/2011

PROF(A) ADJUNTO DO IPS-UFBA
PSICÓLOGA E DOUTORA EM SAÚDE COLETIVA

As vigentes diretrizes curriculares para a graduação em Psicologia levaram 10 anos para serem aprovadas, isto aconteceu em 2004 (Resolução n. 8/CNS, 2004). Como é de conhecimento de todas(os): consenso é difícil de conseguir na comunidade psicológica. Uma avaliação desse processo pode ser resumida na expressão que se tornou comum entre as(os) que vivenciaram diretamente a sua construção: as DNCs formam o resultado do consenso possível naquele momento.

No meio do caminho

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra

Nunca me esquecerei desse acontecimento

Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.

A organização e análise dos poemas (Moriconi, 2001), e particularmente, o primeiro deles "No meio do caminho", de Carlos Drummond de Andrade, que me refiro diletante aqui, e a leitura das DNCs permitiu-me perguntar, parafraseando o autor; se elas conseguem explicitar aquilo que dentro da comunidade psicológica produziria desconforto em relação à formação em psicologia, em que medida rompem as amarras com a tradição (ou tradicionalismo); se possibilitam a absorção das linguagens além das acadêmicas, incorporando as populares, os acentos regionais, os falares multiétnicos da população brasileira; por fim, se possibilitam organização de cursos inspirados na cultura brasileira.

O tal consenso deixou linhas explícitas e outras implícitas que se explicitam no cotidiano das práticas educativas, particularmente pela impossibilidade de deslocar a pedra do meio do caminho. Em uma das suas acepções, no dicionário de língua portuguesa, diretriz é "linha segundo a qual se traça um plano de qualquer caminho"... Qual caminho seguir? Há planos? Quais princípios fundamentam esses planos?

Para dar exemplos de algumas linhas explícitas: evitou a armadilha de definir uma única vertente teórico-metodológica e apostou na diversidade da psicologia como campo de conhecimento e como profissão. Reafirmou a necessidade da aproximação das(os) estudantes, o mais precocemente possível, dos problemas e contextos de trabalho dos psicólogo(a)s. Para tanto, garantiu uma carga mínima de horas para os estágios (15% no mínimo da carga horária total), os básicos e os profissionalizantes.

Por interpretação, os estágios básicos teriam como função garantir as tais aproximações sucessivas e precoces, desenvolvendo habilidades e competências profissionais, antes de uma inserção intensiva que os estágios profissionalizantes exigem, e que supostamente as(os) discentes mesmo no final do curso não se sentiam preparados, nos currículos antigos. Então, antecipar foi o consenso.

Por outro lado, o consenso que manteve a exigência de um Serviço de Psicologia em cada curso, parece-me reforçar a centralização da formação para dentro dos espaços acadêmicos, supondo uma formação protegida, porque corre maior risco de não apostar na articulação universidade-serviço-comunidade. Talvez, mas por acomodação do que por princípio, pois que esta tríade dá muito mais trabalho do que a tríade universidade-comunidade, provocada pela presença de estagiários(os) no Serviço de Psicologia universitário.

O caráter generalista da formação explicitado nas DNCs e a organização dos cursos (hoje, mais de 390, no Brasil, e na Bahia, mais de 20 implantados só na última década) com mais de duas ênfases curriculares, possibilitando a escolha dos discentes, também por interpretação, por um lado, pretendeu evitar que um curso formasse todas(os) as(os) estudantes com habilidades para um único contexto de trabalho ou temática - ou o nome que a lógica que organiza uma ênfase possa dar. Por outro lado, vencer a superficialidade que a generalidade pode acarretar, ou seja, investir no aprofundamento sem cair na especialização antecipada. Especialização é pós-graduação, outro consenso!

Em relação à definição das ênfases curriculares não há consenso e precisa o mínimo de bom senso para construí-las. Há ênfases construídas por ciclo de vida, por contexto de atuação, por temática, mas desconheço alguma que se defina por linha teórica, ao menos, de modo explícito!. Não seria isto um avanço para a comunidade psicológica. Escolher uma linha teórica afundaria o projeto da diversidade!?

Mas aceitar a diversidade pode colocar mais pedras nos caminhos da formação!

Aceitei a existência da pedra, e passei para "Educação pela pedra", do João Cabral de Melo Neto, quando anuncia caminhos distintos, para reforçar a importância política e pragmática da formação, e talvez anunciar a função educativa genérica de criar identidade, sugerido pelo poema por intensificar a agudeza de uma reflexão simultaneamente erudita e popular (Mariconi, 2001).

A educação pela pedra

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Uma educação pela pedra: por lições;
Para aprender da pedra, freqüentá-la;
Captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição moral, sua resistência fria
Ao que flui e a fluir, a ser maleada;
A de poética, sua carnadura concreta;
A de economia, seu adensar-se compacta;
Lições de pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.

Outra educação pela pedra: no Sertão (de dentro para fora, e pré-didática).

No Sertão a pedra não saber lecionar,
Se lecionasse não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascença, entranha a alma.

Uma das coisas necessárias para organizar um curso e que pode ser considerado como um dos implícitos de qualquer diretriz é a organização do processo de trabalho das(os) docentes para que as suas propostas de práticas educativas não caduquem ao longo do tempo, ou conseguir a poética da "Outra educação pela pedra: no Sertão (de dentro para fora, e pré-didática)". Muitas questões se abrem: como evitar que as mesmas caduquem!?. É possível evitar? Há uma brecha, um vácuo, uma fenda entre o que a(o) estudante aprende na universidade e o que a sua inserção no mundo do trabalho vai exigir depois? Por que?

As diretrizes não garantem mudança no trabalho das(os) docentes, nem poderiam. Inserir as(os) estudantes precoce e sucessivamente nos contextos de trabalho será suficiente para superar a crítica comum: o problema é a formação, a(o) profissional sai despreparada(o)?

A(o) estudante de hoje (a partir das DNCs de 2004) está mais preparada(o) do que a(o) de antes das DNCs? Continuamos assistindo nos congressos que as(os) psicólogas(os) que estão no mundo do trabalho estão desatualizadas(os), que o que aprenderam não é compatível com as exigências da atuação, e para os novos psicólogas(os) parece sempre faltar alguma coisa que a formação não forneceu. Nestas interpretações, a formação é a própria pedra no meio do caminho! Por sua vez, fazemos parte de uma das profissões que mais buscam aperfeiçoamento após a graduação.

Aceitei, em si a formação não pode ser a pedra. Estou ainda na aposta que a formação pode deslocar a pedra. Como afastar-se da "cartilha muda"?

Em "Uma didática da invenção", de Manoel de Barros, para exemplificar a poética na "forma de expressar o caráter mais de aposta que de legitimação definitiva", diz Italo Mariconi, por incorporar o impuro, o pequeno, o obscuro: "apalpar as intimidades do mundo" é lidar com desafios cotidianos.

Uma didática da invenção

MANOEL DE BARROS

Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber:

a) Que o esplendor da manhã não se abre com faca
b) O modo como as violetas preparam o dia para morrer
c) Por que é que as borboletas de tarjas vermelhas têm devoção por túmulos
d) Se o homem que toca de tarde sua existência num fagote, tem salvação
e) Que o rio que flui entre 2 jacintos carrega mais ternura que o rio que flui entre 2 lagartos
f) Como pegar na voz do peixe
g) Qual o lado da noite que umedece primeiro.

Etc.

Etc.

Etc.

Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios.

Os desafios são muitos... não é só o que aprender, mas como aprender e com quem aprender, principalmente, sintetizo o desafio na concepção e operacionalização do processo de organização do aprender. Eis a minha pedra e de tantas(os) outras(os)!.

As mudanças políticas e sociais do mundo do trabalho não vão se apresentar por si só nos conteúdos programáticos dos planos de aula das(os) professoras(es) universitárias, ou nos problemas (para aquelas(es) que trabalham com "resolução de problemas", etc.) nem dos mais atualizados e cheios de boas intenções. Não se apresentarão nos projetos políticos pedagógicos (que já deixaram de ser políticos), revisados. Não são poucos as(os) bens intencionadas(os) professoras(es)

e coordenadoras(es) e discentes e psicóloga(o)s-trabalhadoras(es), mas não são suficientes para manter as pequenas mudanças, para deslocarem a pedra!

Será preciso desaprender para ensinar os princípios!?

O cotidiano faz com que desistamos, paulatinamente, das boas idéias e das práticas educativas orientadas pela parceria, que exigem reflexão e auto avaliação, porque o grau de dependência aumenta em um nível quase insuportável quando o processo educativo quer ser diferente, quer ser criativo, que ser mobilizador, porque exige o compromisso de todas(os) com uma certa pedra - o processo de organização das práticas educativas - ou com a outra educação pela pedra. Algo sintetizado como formação inventiva, e aqui como uma didática da invenção, que é apenas capaz de apostar que há maneiras adequadas de formar para incorporar uma parcela da população com problemas que sabemos que existem, mas que não apostamos que as tecnologias (química, tecnologias leves como diz Emerson Merhy) psicológicas sejam capazes de colaborar para superação.

O paradoxo é: formamos muito bem os(as) psicólogas(os) no Brasil. A maioria sai bem formada para lidar com dinâmicas psicológicas (ou comportamentos, para ser politicamente correta em nome da diversidade) de certa classe social abastada, elitista, branca (ou embranquecida), letrada. Esta que pode ainda se dirigir aos consultórios particulares que estão empregadas(os), e que atualmente, poderá vencer mais a crise descrita como arrefecimento da procura pelos consultórios privados a partir de 1980 (Magda Dimenstein), por conta da recente conquista da psicologia de um pedaço de mercado, que não tinha acesso, via a entrada do tratamento psicológico nos planos de saúde privados ou na saúde suplementar. Mas só são 12 por ano não temos como trabalhar com esta limitação de sessões!¹

No entanto, ainda é possível pensar que há uma dificuldade da comunidade psicológica em aceitar que para nos aproximarmos da parcela da população "não branca", não elitista, menos abastada, não letrada precisamos desaprender para não deixarmos de nos omitir em relação às problemáticas psicológicas decorrentes da desigualdade social, da discriminação racial, da falta de direitos humanos, etc. etc. etc.

Uma formação inventiva e corajosa tem que proporcionar, por exemplo, que as(os) futuras(os) psicólogas(os) entendam também dessas problemáticas e que acreditem que podem contribuir para sua compreensão e enfrentamento nos vários âmbitos e contextos de trabalho dos psicólogas(os) no Brasil. ☺

1. Nota da editora: Atualmente são 40 sessões por ano.

Errata - Informamos que o texto "As diretrizes curriculares nacionais para a graduação em Psicologia em três poemas modernistas", da psicóloga Mônica Lima, publicado por este veículo de comunicação, na edição 002, agosto-dezembro 2010, foi diagramado de forma incorreta impossibilitando a leitura e entendimento do artigo. O CRP-03 lamenta o ocorrido e publica acima o texto correto.



Novas (os) conselheiras (os) do CRP-03 reunidas (os)

XIII Plenário toma posse

Em 25 de setembro de 2010, sábado, foram empossadas (os) as (os) novas (os) conselheiras (os) efetivas (os) e suplentes do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, eleitas (os) pela categoria durante o pleito eleitoral de 27 de agosto de 2010. Dia da (o) Psicóloga (o). A cerimônia, que marcou a despedida emocionada do XII Plenário, ocorreu na sede do CRP-03 e contou com a presença de novas (os) e antigas (os) conselheiras (os), da Associação Metamorfose Ambulante (AMEA), do GT Eduardo Araújo, Sindicato das (os) Psicólogas (os) no Estado da Bahia, entidades relacionadas à Psicologia, funcionárias (os) do CR, psicólogas (os), estudantes de Psicologia, entre outras (os) convidadas (os).

A presidente interina, Luciana França (XII Plenário), fez a abertura da solenidade. Ela iniciou sua fala apresentando a importância da cerimônia de posse comparando-a com uma ocasião de encontros e despedidas. "Aqui nós, antigas (os) conselheiras (os), nos despedimos não apenas de uma atividade política que preencheu nossas vidas durante 3 anos, mas aqui nos despedimos de amizades que fizemos e com quem compartilhamos muitos momentos emocionantes" contou.

Ainda com a palavra, Luciana prestou uma homenagem e um agradecimento especial à Marilda Castelar que ficou à frente da presidência do CRP-03 durante o triênio de 2007-2010, afastando-se apenas para concorrer ao Conselho Federal pela chapa Cuidar da Profissão (veja mais ainda nessa edição).

"Quero agradecer à Marilda, reconhecer seu empenho, seu pulso e seu passo firme que nos levou ao desafio de constituir esse grupo. Hoje concluindo essa gestão com a certeza de que demos o melhor de nós, que cumprimos com a nossa carta programa, com as deliberações do CNP e com os eixos estratégicos do planejamento de gestão".

Aproveitando a oportunidade, a presidente interina agradeceu as (aos) conselheiras (os) pelo trabalho comprometido, as (aos) psicólogas (os) convidadas (os) que apoiaram a gestão na condução dos Grupos de Trabalhos e Comissões, as (aos) funcionárias (os) do CRP-03 e principalmente à categoria por ter acreditado no trabalho do XII Plenário. Por fim, França desejou um bom trabalho para a gestão que assumirá a direção do Conselho entre 2010-2013 citando um trecho da música "Divino Maravilhoso" de Gilberto Gil e Caetano Veloso: "eu quero desejar a essa nova gestão um excelente trabalho e muita atenção por que é preciso estar atento e forte, ter olhos firmes pra esse sol, para esta escuridão, porque tudo é perigoso, tudo é divino maravilhoso e com certeza nossas (os) colegas representarão a categoria com determinação e competência", finalizou.

Lílian Novaes, conselheira secretária do XII Plenário, salientou que representar a autarquia não foi fácil. Segundo a ex-conselheira, foi um trabalho árduo, mas também prazeroso que trouxe bastante satisfação no momento do resultado. "Nós assumi-

GABRIELA BASTOS



Membros do XII Plenário e XIII Plenário



Marilda Castelar e Luciana França (XII Plenário)

mos esse compromisso, essa responsabilidade, por conta da certeza que nós tínhamos na pessoa que estava à frente, que era Marilda. Desejo ao novo Plenário sucesso, coragem e muita disposição", destacou. Também membro da antiga diretoria, a ex-conselheira tesoureira, Manoelita Mota, afirmou em sua despedida que o Conselho está em uma fase muito boa. Manoelita, que já participou de quatro gestões do CRP-03, contou que a autarquia se encontra em um bom momento com relação à estrutura e às (aos) profissionais que trabalham no CR. "Vou sair feliz com a sensação de que vou continuar cumprindo minha proposta", falou.

Logo em seguida a ex-conselheira presidente Marilda Castelar, muito emocionada com as palavras da antiga diretoria do CRP-03, destacou o quanto especial era aquele momento para ela e para a história do Conselho da Bahia. "Fico muito feliz de reunir aqui pessoas que não conseguem lugar para sentar porque essa presença de vocês significa continuidade desse grupo que está aqui e que vai dar sustentação para essa nova gestão que se inicia hoje", disse e complementou: "muito sucesso para as pessoas que irão continuar e que contem com a gente em qualquer momento, qualquer hora, com as dificuldades que irão surgir para somar e podermos concluir nossa missão aqui", salientou a psicóloga.

Após a fala de Marilda, Luciana França empossou o novo presidente do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Valter da Mata, que iniciou a posse das (os) demais conselheiras (os). As (os) 18 conselheiras (os) que assumiram o XIII Plenário foram: Valter da Mata (presidente), Alessandra de Almeida (vice-presidente), Maria Célia Vaz (tesoureira), Nicoleta Mattos (secretária), Carlita Bastos, Kueyla Bitencourt, Valdisia da Mata, Rosângela Castro, João Martins, Sônia Kader, Carlos Vinícius Melo, Arneith Peixoto, Leni Fragoço, Cássia Eugênia Cardoso, Rogério Abílio Jeane Araújo, Clayton de Almeida e Emmili Di Paula.

GABRIELA BASTOS



O presidente eleito Valter da Mata em seu discurso de posse

Depois de empossar as (os) novas (os) integrantes da gestão, o então presidente Valter da Mata iniciou seu discurso de posse lembrando o dia das eleições para o XIII Plenário do CRP-03. Segundo o conselheiro, as (os) psicólogas (os) da Bahia e de Sergipe fizeram história ao votar na chapa, "Cuidar da Profissão", pois pela primeira vez no Brasil estava sendo eleito um negro para a representação da presidência de um Conselho Regional.

"Tenho dimensão da tarefa que me é confiada, uma enorme responsabilidade e uma importante representação, pois em um país em que suas (seus) filhas (os) negras (os) têm cotas permanentes nos presídios, nos programas policiais da TV, favelas e hospitais psiquiátricos, ver um de seus filhos presidindo este Conselho de classe é poder mostrar a tantos outros que sim, nós podemos".

De acordo com da Mata, a nova gestão do Conselho será para toda a categoria e não somente uma determinada parcela de psicólogas (os). "Não seremos um Plenário para um segmento de psicólogas (os), seremos um plenário que acolherá toda categoria, estudantes e movimentos sociais comprometidos com os ideais de compromisso social lutando contra o racismo, machismo, a homofobia e todas outras formas de iniquidades sociais e sofrimento psíquico". Ainda com a palavra, o presidente deixou claro que a nova direção da autarquia não apoiará políticas assistencialistas, corporativistas

ou conchavistas e aproveitou para convidar as (os) presentes para se aproximar mais do Conselho: "você estão sendo convidadas (os) a ocupar este espaço que é o Conselho Regional de Psicologia, um espaço que é de toda sociedade baiana, um espaço democrático que fomenta produção intelectual e de transformação da sociedade", concluiu.

A nova vice-presidente, Alessandra de Almeida, fez uma breve reflexão e reforçou as palavras de Valter: "essa é a primeira plenária negra da história da Psicologia no Brasil. Por isso, eu ao acordar tive vontade de cantar o hino ao 2 de julho porque isso reitera a nossa história baiana com toda carga histórica de luta e de valores que temos". A conselheira encerrou com uma convocação a todas (os) as (os) profissionais presentes:

"Sejam bem vindas e bem vindos a resistir e ocupar a vossa casa, psicólogas e psicólogos, futuras, futuros e atuais".

Em seguida, a cerimônia foi aberta para outras pessoas fazerem suas colocações. O presidente do Sindicato das (os) Psicólogas (os) no Estado da Bahia, Geová Moraes destacou o trabalho do Conselho junto ao Sindicato. "As (os) psicólogas (os) não tinham Sindicato, hoje têm, e grande parte deste trabalho foi ajudado pelo Conselho. Hoje nós temos um trabalho conjunto que será levado em frente porque eu acredito nesse grupo que está aqui", encerrou Moraes.

Finalizando a cerimônia, todas (os) as integrantes do novo plenário agradeceram a todas as pessoas presentes na solenidade e convidaram a confraternizar com a nova gestão na área externa do Conselho. Foi uma festa alegre que congregou psicóloga(os), estudantes, funcionárias (os) e lideranças sociais. 🌟

GABRIELA BASTOS





Psicólogas (os) ainda na expectativa do resultado

CRP-03

Em 27 de agosto de 2010, Dia da(o) Psicólogo, foi realizada a eleição para o XIII Plenário do Conselho Regional da Bahia e para o XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, na sede do CRP-03.

O resultado foi comemorado com muita alegria pela chapa 12 "Cuidar da Profissão" que venceu com 950 votos contra 625 da chapa 11 "Ética na Pluralidade". Após a confirmação da vitória, a presidente interina Luciana França, falou um pouco sobre a trajetória do grupo: "em 2007, nos colocamos como chapa de oposição enfrentando um desafio importante para a Psicologia na Bahia, trazendo uma proposta da Psicologia com compromisso social, da defesa dos Direitos Humanos. Uma proposta que encaramos sob muitas críticas, inclusive a principal delas era de que éramos muito jovens. Então, desse lugar da juventude militante da Psicologia que eu quero falar e queria agradecer a todos vocês, pelo trabalho que fizemos durante esse tempo". Luciana também aproveitou para agradecer às (aos) funcionárias (os) do Conselho, integrantes da gestão, membros dos Grupos de Trabalho e Comissão Eleitoral do CRP-03 pelo trabalho e empenho.

Irimária Peneluc, presidente da Comissão Eleitoral do CRP-03, também fez uso da palavra para lembrar que o trabalho da Comissão fluiu de forma tranquila, não havendo

nenhum empecilho para resolver as questões relacionadas ao processo eleitoral. "O trabalho correu tranquilamente em função do apoio de todo Conselho. Obrigada a vocês por terem me convidado para participar da Comissão", afirmou.

Marilda Castelar fez questão de parabenizar a gestão eleita: "parabéns pela vitória de todas (os) e vamos em frente", disse. Da Mata considerou que a chapa eleita para o XIII Plenário tinha o desafio de superar a anterior: "o grande desafio é fazer melhor, porque já encontramos o caminho aberto, pavimentado e temos que incrementar melhorias. Mais uma vez agradeço a todas (os) e vamos cuidar da profissão", vibrou.

O processo eleitoral do CRP-03 teve início com as inscrições das chapas candidatas ao XIII Plenário do Conselho durante o VII Congresso Regional da Psicologia (COREP), em maio de 2010, etapa que antecedeu o VII Congresso Nacional da Psicologia (VII CNP). As chapas candidatas para a direção da autarquia no triênio 2010- 2013 eram: chapa 11 "Ética na Pluralidade" e chapa 12 "Cuidar da Profissão". A fim de esclarecer a categoria, o Conselho promoveu um debate entre as chapas candidatas, em agosto de 2010, para que cada grupo pudesse apresentar o seu plano de gestão às (aos) eleitoras (es) presentes no encontro e ainda disponibilizou o vídeo em seu site www.crp03.org.br.



Mesa de votação do CRP-03



Mesárias, Presidente da Mesa e Fiscais das Chapas concorrentes ao XIII Plenário do CRP-03

Conselho Federal de Psicologia

A eleição para o XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia foi em conjunto com os demais CRs do país. No CRP-03, a vitória foi da Chapa 21 "Cuidar da Profissão" com 925 votos enquanto a chapa adversária, Chapa 22 "Fortalecer a profissão" obteve 612 votos. O total de votos em todo o país foi de 66.060, sendo 34.949 para a Chapa 21 e 31.111 para a Chapa 22. A nova configuração do Conselho Federal para os próximos três anos ficou da seguinte forma:

Humberto Verona (CRP-04) - presidente, **Clara Goldman (CRP-02)** - vice-presidente, **Deise Nascimento (CRP-12)** - secretária, **Monalisa Barros (CRP-03)** - tesoureira, **Flavia Lemos (CRP-10)** - secretária Região Norte, **Aluizio Brito (CRP-13)** - secretário Região Nordeste, **Heloiza Massanaro (CRP-09)** - secretária Região Centro-Oeste, **Marilene de Souza (CRP-06)** - secretária Região Sudeste, **Ana**

Luiza Castro (CRP-07) - secretária Região Sul, **Angela Caniato (CRP-08)** - conselheira 1, **Ana Paula Noronha (CRP-06)** - conselheira 2.

Henrique Rodrigues (CRP-05) - suplente **Adriana Matsumoto (CRP-06)** - suplente, **Maria Ciliberti (CRP-06)** - suplente, **Sandra Amorim (CRP-14)** - suplente, **Tania Brasileiro (CRP-01)** - suplente Região Nordeste, **Marilda Castelar (CRP-03)** - suplente Região Nordeste, **Cynthia Ciarallo (CRP-01)** - suplente Região Centro-Oeste, **Roseli Goffman (CRP-05)** - suplente Região Sudeste, **Celso Tondin (CRP-12)** - suplente Região Sul, **Marcia Saadallah (CRP-04)** - suplente de conselheira 1, **Mariana Torres (CRP-11)** - suplente de conselheira 2.

A cerimônia de posse aconteceu no dia 11 de dezembro de 2010, em Brasília-DF.

Sergipe

A eleição para o I Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Sergipe, CRP-19, foi realizada no dia 03 de novembro de 2010, na sede da autarquia, em Aracaju. A chapa vencedora, Chapa 11 "Crescer e Cuidar da Profissão" levou 369 dos 468 votos e a chapa contrária, Chapa 12 "Re-Unir e Acolher para Transformar", teve 98 votos. A cerimônia de posse aconteceu no dia 02 de dezembro, no Centro de Convenções de Sergipe. O I Plenário do CRP-19 é:

Edelvaize Ferreira, Adriano Barros, Alberto Orge, Fernando da Silva, Jameson Silva, Karla Melo, Naldson Santos, Wilson Bispo, Wesley dos Santos, André Mandarino, Cybele Ramalho, Guilherme Caldeira, Jacqueline Maria, João Henrique, Marco Aurélio, Maria Lúcia de Oliveira, Poliana de Oliveira e Wilton Júnior.

Esse momento histórico para as (os) profissionais de sergipanas (os) foi consequência do projeto de desmembramento do CRP-03 e a criação do Conselho Regional de Psicologia de Sergipe, aprovado durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia, APAF, em maio de 2010.

A necessidade da formação do CRP-19 deu-se a partir do número significativo de inscrições do estado no CRP-03, passando de 1200 profissionais registradas (os) no regional.

A criação do CRP-19 permite melhores condições de funcionamento da instituição, autonomia administrativa, financeira, política e representativa. Além disso, favorece a realização de eventos técnico-científicos e a interiorização das ações de orientação e fiscalização, visando o fortalecimento da categoria e valorização da profissão em Sergipe.

O trabalho da gestão "Cuidar da Profissão" (2007-2010) do CRP-03 foi de extrema importância no processo de desmembramento e criação do CRP-19. A última gestão incluiu o projeto como um dos objetivos estratégicos no planejamento anual de ações de 2009. O XII Plenário deu total apoio ao desmembramento preparando administrativamente e politicamente a Seção Sergipe através de ações como: apoio e representação do CRP-03 em eventos realizados pela Seção, espaço para a participação da coordenação da Seção em reuniões e eventos promovidos pelo Conselho, realização de concurso público



APAF em maio de 2010

para a contratação de uma Psicóloga Orientadora Fiscal e um Assistente Administrativo I, lotados na Seção, reuniões entre os conselheiros do CRP-03 para a formulação do Planejamento Estratégico de 2010 e o esforço conjunto em organizar uma agenda integrada com divulgação de todas as ações feitas pela Seção.

A aprovação do projeto é uma conquista da categoria, resultado do empenho do CRP-03 em conjunto com os membros do Comitê Gestor da Seção Sergipe que reuniu esforços, para atender melhor à demanda das (os) profissionais da região, ampliar a mobilização das (os) psicólogas (os) nas ações da instituição e promover uma aproximação da categoria com a entidade.

O CRP-03 deseja sucesso à nova regional de Sergipe, uma conquista para as (os) profissionais do estado!



Psicóloga e psicodramatista, Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de Barcelona, pós-graduada em Fotografia Social pelo Instituto de Estudos Fotográficos da Catalunha. Há quatorze anos desenvolve pesquisa e intervenção em diversos contextos. Úrsula Yglésias (CRP 03/2252) utiliza a fotografia como recurso de pesquisa e intervenção social. Para ela, o uso das imagens como ferramenta tem "demonstrado sua utilidade para a apropriação histórica dos participantes de seu contexto imediato e das relações que nele são gestadas, permitindo o fortalecimento das expressões identitárias". ☺

ÚRSULA YGLÉSIAS

COMINTER

A Comissão de Interiorização (COMINTER) foi criada com o objetivo de mobilizar e integrar as (os) profissionais de Psicologia que atuam e/ou residem no interior da Bahia, bem como estruturar a representação do Conselho nas Subsedes. Em encontros periódicos, as (os) representantes das seis Subsedes (Extremo Sul, Oeste, Recôncavo, São Francisco, Santa Cruz e Sudoeste) debatem propostas de atividades a serem realizadas junto às (aos) profissionais e estudantes de Psicologia em suas respectivas regiões, além de discutir demandas locais e específicas. Nesta nova gestão do CRP-03, a coordenação da COMINTER será colegiada, ou seja, quatro conselheiras (os) serão responsáveis pelas regiões que atuam. Esse modelo visa ampliar gradativamente a presença do CRP-03 no interior possibilitando uma maior aproximação das (os) representantes das Subsedes junto às ações da autarquia. Também é interesse da Comissão propiciar e apoiar a criação de novos Grupos de Trabalho ou a extensão das discussões dos GTs já existentes, criar a Subseção Chapada e além disso, criar núcleos gestores nas cidades próximas às Subsedes. No intuito de iniciar o trabalho na atual gestão, a Comissão realizará até março de 2011 as novas indicações para a representação das Subsedes. Este processo acontecerá em convergência com o regimento interno do Conselho e configurará como primeiro passo na busca pela mobilização da classe e pela participação mais ativa das (os) profissionais do interior do estado nas ações do CRP.

Fale com a COMINTER
Envie um email para:
cominterior@crp03.org.br

Atualize seus dados

Psicóloga (o) mantenha seus dados cadastrais atualizados. Caso tenha alterado seu endereço, telefone ou e-mail entre no site do CRP-03: www.crp03.org.br, clique em "Informações", no menu principal, e em seguida clique em "Atualização de dados". O link direto para a página é: <http://www.crp03.org.br/site/Atualizadados.aspx>. Com os dados atualizados você poderá receber correspondências informes do Conselho em dia. Fique por dentro do que acontece no seu Regional e na sua profissão!

Assembleia Orçamentária e nova anuidade do CRP03

No dia 21 de julho de 2010 foi realizada a última Assembleia Orçamentária do XII Plenário do CRP-03 para estabelecer os valores das anuidades e taxas a serem pagos em 2011. A então conselheira – tesoureira Manoelita Motta (CRP 03/1418), prestou contas do ano de 2009, do primeiro semestre de 2010 e o Plano orçamentário para o ano de 2011, que em seguida foi discutido e votado, obtendo 33 votos a favor, uma abstenção e nenhum contra.

Foi aprovado um reajuste de 7% nas anuidades que passa ao valor de R\$370,39 (R\$366,31 + o fundo de Seção R\$ 4,08) para 2011. O pagamento poderá ser efetuado em três vezes ou em cota única até 31/03/11. Com desconto de 5% até 31/01/11, e 3% até 28/02/11. Do valor da tributação, 1/3 é destinado para o Conselho Federal de Psicologia, 25%, e o restante é reservado para despesas do Conselho Regional.

A anuidade é um tributo obrigatório por lei, que deve ser pago anualmente pelas (os) psicólogas (os) inscritas (os) e não se confunde com uma taxa de adesão à uma entidade recreativa ou sindical. Por lei, o Sistema Conselhos deve utilizar os seus recursos para o esclarecimento da sociedade em relação aos princípios de atuação da Psicologia, em atividades direcionadas a orientar o exercício da profissão e na manutenção do Conselho. Sua aplicação é auditada pelo Tribunal de Contas da União e também pode ser fiscalizada pela categoria através do site: www.crp03.org.br.

ENTENDA COMO FUNCIONA:

A elaboração do Orçamento anual processa-se obedecendo ao seguinte ciclo:

- 1 **Assembléias pré-orçamentárias (realizadas nas subsedes e seções)**
- 2 **Elaboração do plano orçamentário (mediante planos de trabalho das comissões)**
- 3 **Assembleia orçamentária, onde o plano é apreciado e votado pela categoria**
- 4 **Aprovação do plano orçamentário pela APAF**
- 5 **Execução do plano orçamentário**
- 6 **Fiscalização e auditoria**

Psicóloga (o), você pode e deve participar destas Assembleias. Mantenha-se em dia com o Conselho e fique atenta (o) as convocatórias das assembleias no nosso site e nos jornais de grande circulação!

Serviços públicos: novos desafios para a prática profissional

Quem nunca fez, ou pensou em fazer, concursos e seleções públicas? Quem nunca ouviu falar de SUS, Segurança Pública, Educação, Programa Bolsa Família? Temos nossas vidas afetadas pelas políticas governamentais, independente da classe social a que pertencemos. Duvida? Vamos pensar... Clínicas e hospitais particulares, bares e restaurantes, indústrias de alimentos, entre outros, devem seguir normas especificadas pelo SUS. Escolas e faculdades, públicas e particulares, devem atender às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E o que falar da política financeira e da previdência social? A política de segurança pública afeta sua vida?

Bom, as políticas públicas também interferem na prática profissional da Psicologia. Como? De acordo com os dados apresentados no livro "O trabalho do Psicólogo no Brasil" organizado por Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e Sônia Gondim estamos deixando de ser profissionais liberais e estamos nos tornando assalariadas (os). Além disso, 40% das (os) profissionais de Psicologia estão no setor público. Este é o nosso maior empregador!

E não é só isso. Fazemos parte de equipes minúsculas, das (os) profissionais de referência em diversas políticas, como saúde e assistência social, desde a atenção básica até a média e alta complexidade. Mas nos deparamos com uma situação complexa. Em alguns setores onde a (o) psicóloga (o) está se inserindo ainda cabe a atuação tradicional. Mas, o que fazemos nos setores onde as práticas aprendidas durante a graduação não atendem aos objetivos da política? O que fazemos quando somos chamadas (os) para atuar na educação inclusiva, nas medidas sócio-educativas, nas penas alternativas, em situações de emergências e desastres? Ou ainda, que referências teóricas nós temos em Psicologia para as áreas emergentes?



Diante do desemprego estrutural que toda sociedade capitalista vive, ninguém se dá ao luxo de recusar postos de trabalho. Ainda que não seja o trabalho idealizado durante a graduação, ainda que não estejamos preparadas (os) para determinados espaços de atuação, ainda que nos ofereçam condições de trabalho desfavoráveis, o setor público costuma ser a porta de entrada no mercado de trabalho.

Mas não basta ocupar estes lugares. Se não nos apropriamos destes espaços, se não compreendermos a lógica que se opera, conhecermos as ferramentas institucionais, construirmos novas tecnologias, se não produzirmos novos conhecimentos que deem conta, ou que tentem dar conta, da complexidade desta nova atuação seremos atropeladas (os) e descartadas (os). Ou pior ainda, corremos o risco de reproduzir práticas excludentes, de contribuir para a violação dos direitos e para o aprofundamento das desigualdades sociais, de "psicologizar" os problemas sociais.

Considerando que as áreas de inserção no setor público são pouco conhecidas também da academia, o Sistema Conselhos de Psicologia criou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. O CREPOP representa a concretização do compromisso com um eixo político central no trabalho dos Conselhos: a defesa da garantia dos Direitos Sociais por meio da implementação de políticas públicas, sob responsabilidade do Estado.

Neste sentido, o CREPOP foi criado com o objetivo de referenciar, qualificar e ampliar a atuação da (o) psicóloga (o). Para tal, tem como uma das principais ações a sistematização e difusão do conhecimento e das práticas psicológicas nas políticas. O que isso quer dizer?

O CREPOP realiza pesquisas sobre a atuação profissional nas políticas públicas. As pesquisas são realizadas nacionalmente, através de metodologias quantitativa e qualitativa. Os dados dão subsídios para a construção das referências técnicas, construídas também com a colaboração de especialistas na área e de uma consulta pública sobre o documento.

Para conhecer as referências já publicadas acesse o site – www.crepop.pol.org.br! Em breve será lançada a referência para atuação nas Varas de Família!

O CREPOP também contribui para o diálogo com as diversas esferas sociais – Estado, sociedade civil, profissionais, Instituições de Ensino Superior (IES) – fomentando a discussão sobre a qualificação técnica e melhorias nas condições de trabalho nas políticas públicas. ☺

Participe das pesquisas e contribua com seu saber!



TOM CORREIA

Mercêdes Cunha Chaves de Carvalho

“Existem dois desafios para ser psicóloga (o): aprender a ser ético e despir-se dos preconceitos”

Pioneira e incansável

A rica trajetória de uma das primeiras psicólogas do Brasil, co-fundadora do CRP Bahia e com 52 anos de intensa atividade profissional

Por Tom Correia
Texto e foto

Professora da Universidade Federal da Bahia, responsável pela implantação de cursos na Universidade Federal de Sergipe, Faculdade Ruy Barbosa, Mestre em Educação e Doutora pela Universidade de São Paulo, premiada pelo Conselho Federal de Psicologia devido a sua contribuição à ciência e à profissão. Já seria muita coisa, mas tudo isto é apenas parte do vasto currículo de Mercedes Cunha Chaves de Carvalho (CRP 03/07), soteropolitana nascida numa família com forte tradição em termos de emancipação feminina: a mãe, Tereza Gascon, foi a primeira escrevente juramentada da Bahia. O pai, Everaldo Cunha, era jornalista e depois tornou-se notário do tabelião de Notas. Já na Faculdade de Filosofia, influenciada pelo professor Caio Flaminio, decidiu-se por Psicologia, mas o curso só seria instituído em 1962. A futura psicóloga teve também como uma grande referência incentivadora a figura do psiquiatra e professor João Inácio de Mendonça, que durante dez anos defendeu a regulamentação da profissão na Bahia, pois havia muita resistência por parte dos médicos, que viam na nova atividade uma ameaça ao seu campo de atuação.

Mercêdes passou a trabalhar no extinto Instituto de Orientação Vocacional – IDOV e, em 1963, já estava casada com Manoel Carlos Cavalcante de Mendonça. O marido, recém-aprovado em concurso público da Fundação Educacional do Distrito Federal, havia conseguido que o IDOV a colocasse à disposição em Brasília. Em poucos meses, devido a um clima turbulento, às vésperas do golpe militar. “Foi um horror. Quando cheguei à Brasília, Darcy Ribeiro não era mais ministro da Educação e descobri que minha requisição não teria ônus para o governo. Ou seja, fiquei sem receber salário”, relembra. Com a ditadura dos militares, Mercêdes passou a ser procurada em Brasília, escapando por pouco de ser presa política ao voltar para Salvador. O período na Polônia ao lado do então marido bolsista de Doutorado, só traz boas recordações apesar de ter sido obrigada pela conjuntura pós golpe a deixar

quatro filhos no Brasil em 1965 e partir para o exterior. O frio de Varsóvia, a marcou, assim como o sistema socialista, pelo qual nutre simpatia sem contudo ter se filiado a qualquer partido.

FREIRE, UM MESTRE

Os olhos claros da elegante senhora cintilam quando ela fala de sua maior paixão profissional: a sala de aula. Após se aposentar pelo governo estadual, chegou literalmente a pagar para trabalhar, quando deu aulas na rede pública de ensino entre 1991 e 1995. Batalhadora pela inclusão social através da educação, Mercedes enveredou-se pelas salas de aula ao se encantar com Paulo Freire (1921-1994), educador pernambucano criador de um método de alfabetização reconhecido no mundo inteiro, mas que permanece esquecido no Brasil. “Para erradicar o analfabetismo no país seriam necessários pelo menos uns vinte Paulos Freires”, diz, ao se defrontar com os números recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação.

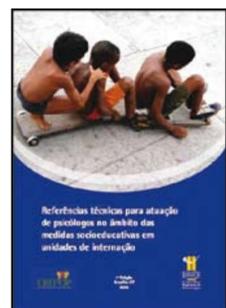
Durante dez anos, Mercêdes também implantou e coordenou, o primeiro curso de psicologia da Bahia oferecido por uma instituição de ensino privada. Entretanto, foi demitida por discordar das novas diretrizes impostas pelo novo grupo que havia adquirido a instituição. Porém, ela não se abateu: entrou com ação na Justiça. Os alunos e alunas de Psicologia até hoje a indicam como a homenageada das turmas graduadas, reconhecimento que a professora guarda com orgulho. As experiências desenvolvidas em projetos como o de Educação de Jovens e Adultos no bairro do Nordeste de Amaralina ofuscam os prêmios recebidos diante das manifestações de carinho das senhoras que ela ajudou a alfabetizar. “São cartões e declarações que minhas alunas fazem e isso tudo é muito gratificante, até hoje recebo telefonemas delas. Quando estou dentro de uma sala de aula esqueço tudo, me dedico inteiramente. Acho que a psicóloga(o) é sobretudo uma(um) educadora(o), mais do que terapeuta”, completa a professora que atualmente continua lecionando na Faculdade São Bento. ☺



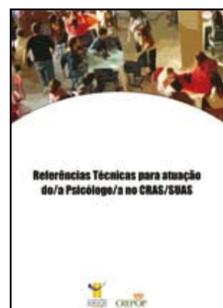
O CRP-03 registra com pesar o falecimento de Mercedes Carvalho, vítima de infarto na sua residência, ocorrido no dia 24.12.2010.

Prestamos aqui nossa homenagem póstuma à profissional que trabalhou pela consolidação da Psicologia na Bahia.

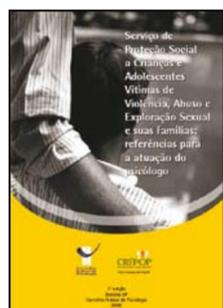
Referências Técnicas já disponíveis no site: crepop.pol.org.br



Referências Técnicas para a atuação de psicólogos no âmbito das Medidas Sócio Educativas em Unidades de Internação



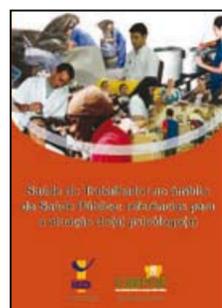
Documento de Referências Técnicas para atuação em CRAS/SUAS



Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: Referências para a atuação do psicólogo



Referências Técnicas para a prática do(a) psicólogo(a) nos Programas de DST e Aids



Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde pública: referências para atuação dos psicólogos

Em pauta: Resolução 009

Resolução do Conselho Federal foi alvo de polêmica entre psicólogas(os) e gestores públicos.

Este foi o principal assunto discutido no último 11 de novembro no auditório do CRP-03 em Salvador. Contando com a presença de gestoras(es) públicos, profissionais da área e estudantes, o encontro foi mediado pela conselheira Maria Célia (GT Psicologia Jurídica) e pela coordenadora do Grupo de Trabalho Sistema Prisional do CRP SP, Adriana Eiko Matsumoto, que expôs sobre o contexto vivenciado por ela em outras capitais brasileiras. A Resolução nº 009/2010 foi publicada em julho do ano passado pelo Conselho Federal de Psicologia e vem suscitando debates sobre o impedimento de realização do exame criminológico pela categoria. Quem trabalha na linha de frente reclama das pressões sofridas por advogadas(os) e parentes dos presos (os), que vê nas(os) psicólogas(os) a última chance de saírem da cadeia.

Leia artigo de Júlio Hoenisch sobre o assunto e a opinião de integrantes da classe que vivenciam o dia-a-dia do sistema prisional.



Rosângela Castro e Adriana Eiko

Xadrez em jogo¹

Julio Cesar D. Hoenisch CRP03 / 2871

Recentemente nossa categoria tem presenciado a (re) emergência de um tema extremamente importante que, assim como outros tantos, ora se dá a perceber, ora se esconde. Trata-se da questão da perícia criminal e do trabalho da(o) psicóloga(o). Imediatamente após a Resolução 09/2010 ser publicada em julho de 2010, suspendendo a realização do exame criminológico para nossa profissão, as posições clássicas foram tomadas: contra ou a favor. Talvez seja importante considerarmos alguns pontos antes que, de maneira apaixonada, nos posicionemos em um lado ou outro desse tabuleiro. Inúmeras questões poderiam ser apontadas como relevantes para discutirmos a manutenção ou não da realização do exame por parte da (o) psicóloga (o): ética, política, ideológica ou simplesmente técnica.

Qualquer uma dessas entradas no jogo de claro/escuro nos servirá, cedo ou tarde, para percebermos que entre ambos, a questão reside no cinza. Tome-mos aqui a problematização técnica, que nos parece ser uma entrada mais próxima da “neutralidade”, tão ambicionada por alguns segmentos de nossa ciência. Primeiramente, uma questão básica: o exame criminológico e a própria criminologia são epistemologicamente confiáveis? Esta pergunta, ainda que possa parecer descabida, é muito relevante. Se nos depararmos com um campo de saber que se pretende científico, nos parece bastante adequado que eventualmente esse campo seja colocado em xeque. Inclusive é assim que a ciência progride, afastada de dogmas inquestionáveis. No que tange à criminologia e ao exame criminológico essa resposta é parcialmente respondida. Parcialmente porque ela poderá ser positiva ou negativa a depender do modelo de cientificidade que adotarmos para avaliar o referido campo. O caso da criminologia é muito próximo do campo epistêmico da psicologia, apresentando várias escolas e definições de crime, lei e objeto da

criminologia. A perícia criminal, por exemplo, é um procedimento historicamente muito importante na consolidação do encontro da psicologia e do direito penal. Será através da perícia psicológica/psiquiátrica que o emergente campo psi do século XIX verá sua oportunidade de se mostrar não só como uma ciência, mas como uma ciência necessária. Para tanto, dedique-se a responder as lacunas que a concepção de sujeito empregada pelo direito não pode atingir: o sujeito da desrazão. Após a secularização ocorrida na Idade Média, Religião e Estado se separam, propondo, ainda na esteira da Revolução Francesa, a emergência de um Estado laico, norteado por alguns ideais iluministas. Dentre estes ideais, a possibilidade de compreender o mundo e a organização social através das leis e normas, apresenta-se como uma possibilidade atraente e possível. Assim nasce e se consolidará o sujeito do direito como marcado pela racionalidade (característica do humano) e o livre-arbítrio diante das leis: ao ser humano será permitido decidir. Todavia, neste projeto surge um descaminho: o que fazer com o sujeito insensato? Com a (o) louca (o), a criança, incapazes de compreender as leis? Nesse momento histórico o campo psi é convocado a produzir saberes e respostas ao Direito Penal. E quem será (a) o cliente desse campo emergente? A (o) louca (o) e a criança. É interessante lembrar que o surgimento da perícia é marcado justamente pelo domínio das teorias racistas advindas da Eugenia e das ideias equivocadas do criminoso(a) (nato) de Cesare Lombroso, pai da Criminologia moderna. A Psicologia se firma ao lado da Psiquiatria como uma importante disciplina teórica supostamente capaz de prever o crime e desvendar o criminoso(o). Será realmente assim, do ponto de vista técnico-científico? Nos parece que não. As ciências do humano e seus derivados – aqui retratadas como ciências não naturais – não são capazes de previsões de fenômenos de maneira exata, tal como ocorre na Física, Química etc. Portanto, de que forma será prometido ao campo do Direito a certeza de

recorrência de um fenômeno? Se alguém é vítima de um surto psicótico, para tomarmos um exemplo da clínica, é possível prevermos se ele voltará a surtar? Não. É provável, é possível, não é certo que ele volte a surtar. Logo, o conhecimento é um campo capaz de supor, dar indícios, compreender e não de assegurar certezas. Se não é possível, como ficaria o campo da reincidência? Somos capazes de dizer se um indivíduo voltará a delinquir? Caso haja dúvidas, estas são pró-reu (ré) como assegura a tradição. Somemos a isso a peculiaridade de que ninguém pode ser julgada(o) por um crime que não cometeu, o que coloca a criminologia em uma situação delicada. Mas voltemos agora à outra pergunta: a realização do exame criminológico é vantajosa para a profissão de psicóloga(o)? Qual seria a vantagem? Parece-nos que pouco vantajosa, sobretudo nas condições encontradas no país para o exercício da psicologia prisional e da criminologia: pouca(o)s profissionais, ambientes de trabalho insalubres, pouco capazes de proporcionar as condições técnicas necessárias para um diagnóstico de tal complexidade como o criminal. Sobre a (o) psicóloga (o) que exerce suas funções nesses termos paira a espada de Dêmocles. Como sustentar uma prática como viável em situações adversas? Se admitir ser impossível, inviável é a perícia; se admitir possível, supor-se-á que o procedimento não é tão complexo, pois passível de ser realizado nessas condições. Mas que saída então para a questão da perícia criminal e trabalho jurídico-prisional para a (o) psicóloga (o)? Nos parece que a questão mais acertada é uma ampla discussão sobre as condições de trabalho no sistema prisional, acompanhado de uma ampla revisão sobre os pressupostos teóricos, epistemológicos e éticos que sustentam e consubstanciam estas práticas. Sem essa necessária reflexão enquanto categoria, corremos o risco de manter posições irrefletidas neste complexo jogo, que tal como o xadrez, não apresenta posições certas ou erradas em si, mas sempre em relação a outrem na disposição do jogo. ♀

“Discutir a Resolução em si não ajuda a entender todos os elementos que compuseram o longo processo de construção da medida. Desde 2004 a questão vem sendo estudada pelo CFP quando se formou uma parceria com o Ministério da Justiça para discutir a formação e a atuação da(o) psicóloga(o) no sistema prisional. Naquela época, foi aberto um diálogo com a categoria para entender os dilemas e dificuldades vividos pelos profissionais nesse campo. Foi uma experiência muito rica porque foi a primeira vez que a categoria se voltou para as particularidades exigidas para a prática do exame criminológico”.

ADRIANA EIKO MATSUMOTO
COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO SISTEMA PRISIONAL DO CRP SP.V



TOM CORREIA



ROSÂNGELA CASTRO

“Acredito que o Conselho deveria ter considerado o que as (os) profissionais da área tinham a dizer. Acho que há um descompasso entre o que se pensa na Psicologia Forense em termos de teoria e o que acontece na prática. É uma pena que a maioria das pessoas que compõem o Conselho não vivenciam o cotidiano dos presídios.”

DANIELLE PENHÁ (CRP 03/4790)

“A função da(o) psicóloga(o) dentro do sistema prisional é extremamente importante e essa discussão surgiu, na realidade, a partir de crimes cometidos por presos(os) em regime de saída temporária. Isso gerou a dúvida, se o exame criminológico era necessário ou não para a decisão da(o) Juiz. Na verdade, as(os) próprias(os) Juizes sentem que precisam desse amparo porque nenhum deles é capaz de decidir sem ouvir um(a) profissional que avalie psicologicamente o indivíduo preso. A profissão de psicóloga(o) no sistema prisional é imprescindível, não pensem vocês que acabou o exame criminológico, acaba com o papel da(o) psicóloga(o), pelo contrário.”

ISIDORO ORGE – SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS PENAIS – BAHIA.



ARQUIVO PESSOAL



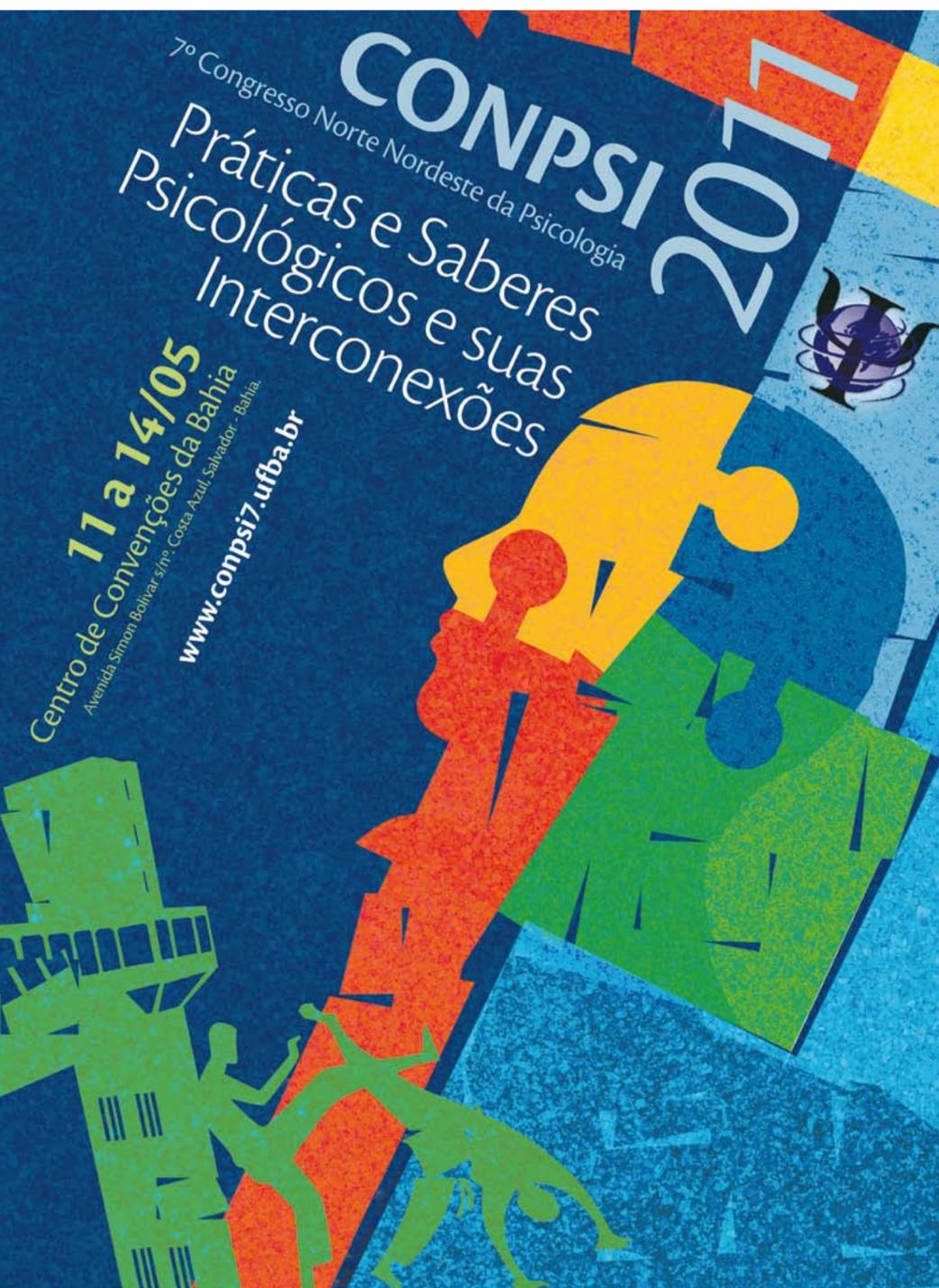
ROSÂNGELA CASTRO

“Acho que a resolução deixou as(os) psicólogas(os) bastante apreensivas(os) porque mexe diretamente com um instrumento de nosso trabalho. Com isso vem uma sensação de impotência diante de uma desvalorização da nossa atividade. A medida surgiu num momento bastante delicado para nós, porque precisamos reestruturar o sistema penitenciário em relação ao acompanhamento psicológico e a avaliação para oferecer melhores condições de atuação dos profissionais da Psicologia.”

ANA LUCENA SÁ (CRP 03/4488)
PSICÓLOGA DA SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – BAHIA.

¹Xadrez, segundo o dicionário Aurélio: xadrez (xa-drez) s. m Jogo em um tabuleiro de 64 casas em que se fazem mover 32 peças. Cadeia, prisão. Desenho em forma de quadrados, em cores alternadas: um tecido de xadrez.

Julio Cesar D. Hoenisch | Psicólogo, Sanitarista, mestre em Psicologia (PUC/RS), professor visitante do DCHF da Universidade Estadual de Feira de Santana/BA, pesquisador do Núcleo de Estudos da Contemporaneidade da mesma instituição.



CONPSI

O 7º Congresso Norte e Nordeste da Psicologia (CONPSI) acontecerá entre os dias 11 e 14 de maio de 2011, no Centro de Convenções da Bahia e tem como tema Psicologia e Saberes Psicológicos e suas Interconexões. O Congresso é uma realização do Conselho Regional de Psicologia da Bahia em conjunto com o Instituto de Psicologia (IPS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apoiado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e pelo Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia).

O evento tem a finalidade de ampliar a interlocução entre pesquisadoras (es) e profissionais potencializando a melhoria continuada da prática profissional e maior inserção da pesquisa nos problemas que desafiam as (os) psicólogas (os), estimular o debate sobre problemas nacionais e regionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional em Psicologia, promover o encontro e a troca de experiências entre as (os) participantes e discutir e propor formas de mecanismos que contribuam para a formação de novas (os) psicólogas (os) e pesquisadoras (es) em Psicologia.

O CONPSI foi criado no ano de 1996 e é realizado a cada dois anos em uma capital Norte/Nordeste a exemplo de Belém, Macéio, João Pessoa e Salvador. Na sua primeira edição, em maio de 1999, o evento ganhou caráter nacional, pois reuniu em Salvador, 1764 congressistas de diversas partes do país. Além disso, o encontro contou com a presença de profissionais e pesquisadoras (es) da Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Estados Unidos e França.

Para saber mais sobre o Congresso acesse o site: <http://www.conpsi7.ufba.br/>. ☺

Plenárias são agendadas para interior do estado

O CRP-03, reafirmando seu compromisso com a interiorização, realizará plenárias ordinárias no interior do estado nas seguintes datas:

22 de janeiro – Salvador
05 de fevereiro – Salvador
19 de março – Vitória da Conquista

A importância de discutir¹

Que vivemos em uma sociedade ainda desigual, sabemos. Mas que essa desigualdade se manifesta em variadas formas sutis e repercute em uma violência cotidiana e silenciosa, a isto devemos estar atentas(os). Aqui queremos chamar atenção tanto para a violência de gênero que está presente em diversas ações do cotidiano, por exemplo quando incentivamos as meninas a serem delicadas e os meninos a serem agressivos, como para aquela presente nas práticas de psicólogas(os) ao fazer uso de explicações deterministas no campo da sexualidade e do desenvolvimento ou mesmo quando, ao fornecer laudos psicológicos, enquadrados como patologia os comportamentos que “destoam da norma”. Um exemplo disso é a utilização da classificação de “transtorno de identidade de gênero” constante no CID-10 e no DSM-IV para enquadrar adultos e crianças que não apresentam comportamentos considerados “naturais” a determinado sexo biológico.

É preciso chamar atenção também às formas mais agudas de violência, como os assassinatos de mulheres nas suas relações afetivas, os crimes de ódio contra Lésbicas Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersex, e ainda o tráfico de pessoas e o alarmante número de morte de mulheres que praticam aborto²: ambos prevalentes entre jovens negras.

A Psicologia como ciência e profissão preocupada com a promoção de direitos tem cada vez mais se aproximado das discussões de gênero para compreender o cerne de tais atos violentos e construir ações que considerem a desnaturalização das diferenças sexuais, visto que estas são construções sociais, históricas e culturais feitas sob regras de uma sociedade ainda patriarcal e heteronormativa³. O estudo e a conceitualização do termo gênero permite entender como homens e mulheres assumem comportamentos e papéis normativos culturalmente estabelecidos e desiguais em termos de poder e importância. As mulheres internalizam a sua subordinação e desvalorização com base em discursos sociais institucionalizados (nas escolas, nas empresas e organizações, nas igrejas e demais templos religiosos e mesmo dentro de casa) que trazem implicações diretas na sua constituição de sujeito.

Cabe à Psicologia no seu compromisso social com a categoria, a sociedade e com os direitos humanos, quando remeter às diferenças entre homens e mulheres, não permitir que esse campo de estudo e prática seja utilizado para sustentar a inferioridade das mulheres. Deverá, ao contrário, promover discursos que questionem a ordem dominante que oprime muitas mulheres, jovens, negras, a população LGBT, dentre outras categorias, identificando e desconstruindo práticas que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social. É sobre esse aspecto que

se pode pensar na importância de discutir gênero na Psicologia em suas diversas áreas de saber e atuação.

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

A Psicologia já vem atuando, em algumas circunstâncias, no sentido de desconstruir estereótipos e estigmas. Um exemplo disso é o trabalho que vem sendo desenvolvido no CRP-03 pelo Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia - GTRGP, vinculado à Comissão de Direitos Humanos. Este grupo tem buscado promover discussões e desenvolver ações de modo a questionar, a partir de uma perspectiva feminista, as construções que envolvem a categoria “gênero” e entender como a Psicologia vem contribuindo para essencializar diferenças entre homens e mulheres e reforçar estigmas genderados. Considerando que as construções de gênero trazem implicações na subjetividade que precisam ser melhor entendidas e estudadas, o grupo também discute como a feminização da Psicologia (formada eminentemente por psicólogas) repercute em relações de poder e na própria precarização da profissão.

Considerando que estudar gênero, no âmbito da Psicologia, também perpassa o entendimento de que categorias transversais a exemplo de raça/etnia, classe social, orientação sexual e geração se cruzam construindo sujeitos (mulheres e homens) com certas especificidades que precisam ser observadas, o GTRGP se articula permanentemente com os demais GTs e Comissões do CRP-03, buscando discutir essas interseccionalidades e desenvolver ações conjuntas. Evidentemente quando trazemos o gênero como uma categoria estruturante da construção da subjetividade não podemos perder de vista outras categorias que a ele se entrelaçam, especialmente as de raça e classe.

Recentemente, o GTRGP também teve acesso a um relatório psicológico elaborado pela Psicóloga Tatiana Lago (CRP-03/IP4814) com o objetivo de subsidiar a decisão judicial frente a um pedido de adoção de uma criança por um casal homossexual. A referida psicóloga posicionou-se favorável ao pedido de adoção, justificando “a relevância do afeto e da sólida estrutura emocional como os elementos indispensáveis e preponderantes ao natural ou saudável desenvolvimento da prole, o que independe da orientação sexual”.

No GTRGP entendemos que é função social da Psicologia e mais especialmente do Sistema Conselhos de Psicologia desenvolver ações com vistas ao esclarecimento da população e da categoria sobre a temática de gênero (suas naturalizações, estereótipos, construções, desconstruções, ressignificações e suas articulações com as demais categorias). Trata-se do

compromisso social da Psicologia que, como ciência do comportamento humano, tem muito a contribuir na área de Direitos Humanos e no estudo das diversas desigualdades.

Venha você também, psicóloga(o), discutir essas e outras questões conosco, participando das reuniões do GTRGP. ☺

Desde março de 2008, o Sistema Conselhos de Psicologia conta com um grupo de trabalho intitulado “Relações de Gênero e Psicologia” - GTRGP, criado no CRP-03. Como o próprio nome indica, este grupo traz a proposta de estudar a temática de gênero e suas relações/implicações no terreno da Psicologia em diversos aspectos: seja discutindo a formação de psicólogos e psicólogas e as implicações decorrentes da feminização da profissão, seja questionando o compromisso social da Psicologia diante dos usuários e usuárias dos serviços e da sociedade como um todo. O GT se reúne na sede do CRP-03, quinzenalmente, às segundas-feiras, no horário das 16:30h.

SIGA O GTRGP!

BLOG:
<http://observatorio03mulheres.wordpress.com/>

SITE DO CRP-03:
http://www.crp03.org.br/site/ComissaoDHumanos_GTRGP.aspx

ORKUT:
<http://www.power.com/nav/powerkut/Community?cmm=102921896>

TWITTER:
<http://twitter.com/gtrgp>

¹ Alessandra Almeida, Clarissa Guedes, Darlane Andrade, Helena Miranda, Olga Amazonas, Rosângela Castro - GT Relações de Gênero e Psicologia, Comissão de Direitos Humanos/ CRP03

² Relatórios em todo o mundo, inclusive o dossiê “A Realidade do Aborto Inseguro na Bahia: a Illegalidade da Prática e os seus Efeitos na Saúde das Mulheres em Salvador e Feira de Santana” lançado em 2009, indicam que quanto mais restritiva a Lei que criminaliza o aborto, maior o número de mulheres mortas em decorrência do abortamento inseguro, o que é ainda mais grave em países periféricos como é o caso do Brasil. Ainda de acordo com esse dossiê, a cada 100 internações por parto na capital baiana, 25 são em decorrência do aborto, número bem acima da proporção nacional que é de 15 para 100. As estatísticas também colocam Salvador com um índice de mortalidade materna cinco vezes maior do que o mínimo definido como aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo o aborto a principal causa isolada.

³ Termo usado para descrever situações nas quais variações da orientação heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

⁴ Vale ressaltar o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com a temática de Direitos Humanos, tendo sido acordado em 2008 que cada Conselho Regional deverá possuir uma Comissão de Direitos Humanos

para trabalhar regionalmente/estadualmente esse tema na Psicologia. A criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos pelo Conselho Federal de Psicologia data de 1998.

⁵ É importante lembrar que o eixo III das deliberações do VI Congresso Nacional de Psicologia - CNP “Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais” contempla um item que remete ao compromisso social da categoria junto à temática de gênero intitulado “Compromisso com os direitos sociais: a questão de gênero”. Recentemente também foi publicado pelo CFP o caderno de deliberações do VII CNP, cujo GTRGP participou ativamente do processo elaborando teses sobre esta temática. Entre as deliberações consta a tese “PSICOLOGIA E GÊNERO – Inserção e permanência da discussão de gênero no Sistema Conselhos de Psicologia” cuja proposta é: articular a inserção da discussão de gênero na formação acadêmica; propiciar a discussão da temática de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos no Sistema Conselhos; estimular a participação do Sistema Conselhos nos Conselhos Estaduais da Mulher ou outras instâncias de construção de políticas públicas para as mulheres; e promover, pela atuação do Sistema Conselhos, ampla discussão sobre a legalização do aborto.

Fronteiras Desiguais

O carnaval se aproxima com fantasias coloridas, mas as relações desiguais entre seus atores e atrizes reproduzem a dura realidade discriminatória da metrópole baiana

Texto: Rosângela Castro e Tom Correia
Ilustração: Ítalo de Castro

Sinônimo de alegria para foliões (ões) e turistas, lucro para empresárias (os) e audiência para veículos de comunicação, a maior festa popular do mundo também reproduz as relações da sociedade vividas no cotidiano. Recrutadas (os) em bairros periféricos, homens e mulheres (negros quase na sua totalidade), sem perspectivas ao longo do ano, encaram o período momesco como uma alternativa ao desemprego, uma das raras oportunidades de aproximação com o trabalho formal, pois a maioria trabalha fazendo “bicos”. O Sindicato dos Cordeiros de Salvador (Sindcorda) estima que existam atualmente 70 mil cordeiras (os) no carnaval da Bahia. Nos últimos anos, a Delegacia Regional do Trabalho vem exigindo das (os) donas (os) de blocos e trios melhores condições para homens e mulheres utilizados como seguranças das (dos) foliãs (ões) que saem dos limites da corda que segregava brancas (os) e negras (os), ricas (os) e pobres. Apesar de conseguirem algumas conquistas como protetores de ouvido, lanche, luvas e protetor solar, as condições de trabalho continuam as mais insalubres.

O presidente do Sindcorda, Percival Bispo, afirma que as (os) cordeiras (os) chegam a trabalhar 14 horas seguidas, recebendo cerca de R\$ 26 por dia. “Em 2011 vamos cobrar das (os) donas (os) de blocos os calçados a que temos direito e em 2010 elas (es) não nos concederam porque alegaram ter sido informadas (os) de última hora”, diz o presidente. Sem fiscalização, é comum que as (os) trabalhadoras (es) fiquem sem receber porque muitas vezes as (os) responsáveis pelo recrutamento desaparecem após o carnaval. Ainda segundo Bispo, seis blocos de Salvador estão sendo processados na Justiça para que paguem as diárias do último carnaval. Entretanto, para a psicóloga Juliana Maia (CRP 03/2716) as conquistas das (os) cordeiras (os) estão na contramão das outras classes, que vêm sofrendo com a precarização dos

seus direitos. “De modo geral as (os) trabalhadoras (es) estão perdendo cada vez mais com as novas regras do governo, como o direito previdenciário, por exemplo”, destaca.

PROBLEMAS HISTÓRICOS

O documentário “Cordeiros” (2008), dirigido pelas jornalistas Amarante César e Ana Rosa Marques, expõe as contradições de uma manifestação popular que se propõe à alegria, mas que no contexto soteropolitano, mostra também as mazelas sociais de uma cidade que tem sua imagem propagada como a terra da felicidade a despeito do grande contingente de desempregadas (os). O filme tem obtido repercussão em múltiplas áreas, entre as (os) integrantes do Movimento Negro, Psicóloga(o)s e pelo sistema Judiciário. “O documentário está sendo utilizado pela Delegacia Regional do Trabalho durante o treinamento de agentes que fiscalizam a atividade durante o carnaval”, revela Ana Rosa. A dureza da atividade exercida pelas (os) cordeiras (os), põe em xeque até a semântica do termo. Obrigadas (os) a manter distantes qualquer tipo de ameaça de invasão aos blocos carnavalescos que protegem, elas (es) não se mostram “pacíficas (os)” como uma das acepções da palavra. Pelo contrário: é na fronteira separatista demarcada pela grossa corda que espreme a multidão contra muros e grades, que acontecem as trocas de murros e pontapés entre cordeiras (os) e foliãs (ões) pipoca, sem condições financeiras de adquirir um abadá.

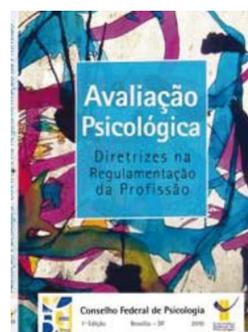
Desde o Entrudo, uma espécie de avô do Carnaval de hoje, as relações sociais ao redor da folia sempre foram marcadas pela separação. No artigo da mestre em história social Jamile Silveira, “Da senzala para avenida: conflito e tensão racial no carnaval de Salvador”, ela afirma que no século XIX, brancas (os) e negras (os) brincavam dentro de seus grupos, sem que a barreira social fosse ultrapassada. Além disso, já existiam as relações trabalhistas permeando a manifestação popular precursora do Carnaval de hoje. “As mulheres negras eram encontradas na rua no momento de venda dos materiais necessários para manutenção da continuidade da festa, como os limões de cheiro, mas dificilmente enquanto sujeitos que exerciam a brincadeira. Essa afirmação nos leva à percepção de que as negras eram excluídas do Entrudo, mas esse conceito de exclusão deve ser analisado à luz das relações no mundo do trabalho, no contexto de transição entre escrava (o) e trabalhador (a) livre”, afirma a historiadora.

“TRAGA UMA CORDA, IRMÃO. IRMÃO, ACORDA!”

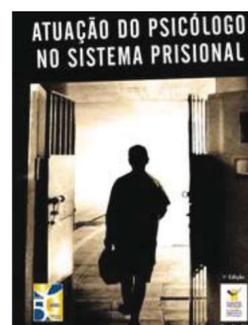
Se hoje as mulheres negras já podem ser vistas na folia é forçoso indagar o modo como se dá essa inserção, pois, de modo geral, elas continuam à margem do “direito à diversão” no carnaval de Salvador em comparação às mulheres brancas. Para a psicóloga Helena Miranda (CRP 03/5055) o carnaval é composto por circuitos dominados pelas (os) brancas (os) que compõem a classe média-alta: as (os) donas (os) do espaço público. “E o espantoso é que a população parece não refletir criticamente sobre essa questão e nem a vê como uma discriminação; a sensação é de que há um consenso social perverso de que esse espaço pertence a um grupo específico de pessoas”. Outra questão importante para a psicóloga é a forte relação estabelecida no Brasil, especialmente na Bahia, em função do quantitativo de afrodescendentes presente no Estado, entre mulher negra, vista como fogaosa – quente – boa de cama, com uma sexualidade disponível – resquícios de nossa herança colonial. Para a socióloga Lina Lordello, esse fenômeno ocorre também com os homens, ela cita o verso ‘olha o badalo do negão’ repetido diversas vezes na música Badalo da banda Saiddy Bamba, como testemunho irrefutável. “Infelizmente é essa ideia deturpada e preconceituosa que ainda atrai muitos turistas para o nosso Carnaval”, conclui Helena Miranda.

Em situação de exclusão ainda maior estão as (os) homossexuais e travestis, não confundir estas (es) últimas (os) com foliões (do sexo masculino) travestidos de mulher. De modo contra hegemônico, alguns grupos procuram entrar nas brechas deixadas ao longo do circuito para tentar ganhar espaço e reconhecimento, blocos de índia(o)s, de afro-descendentes, de sátira e protesto como a Mudança do Garcia, desfile de fantasias gays, como o organizado todos os anos na praça municipal pelo Grupo Gay da Bahia, abrem - quase à força - espaço na avenida ou à margem dela e afirmam: “eu quero passar com a minha dor e minha ironia”.

Entretanto é preciso estar atentas (os) e fortes: a estratégia do capital é cooptar, promovendo a osmose do protesto, diluindo diferenças e rerepresentando-as como produto exótico e consumível; mais que isso, é preciso evitar interpretações restritas e datadas que escorregam para subjetivismos variados na interpretação do carnaval como uma festa onde as diferenças de gênero, classe e raça são invertidas ou superadas, ainda que momentaneamente. ☺



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP, 2010.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília: CFP, 2010.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos. Brasília: CFP, 2010.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras. Brasília: CFP, 2010.

Psicologia ganha espaço nas universidades públicas da Bahia

Uneb é a quarta instituição pública a oferecer graduação em psicologia no Estado da Bahia e a alta concorrência revela aspiração social pelo ensino gratuito e de qualidade

Por Tom Correia

Cinquenta vagas disputadas por 3.061 candidatos. Esta foi a concorrência bruta do vestibular 2011 para o curso de Psicologia oferecido pela Universidade Estadual da Bahia. Agora, além da UFBA, da UNIVASF e da UFRB, a UNEB, localizada no bairro do Cabula, amplia as oportunidades de graduação no âmbito das universidades públicas. Incluindo as unidades privadas, eleva-se para cerca de 600 o número de vagas para os interessados em ingressar na área.

Para o diretor do Departamento de Educação do Campus de Salvador, Antônio Amorim, além de oferecer um quadro de professoras(es) de excelência (Mestres e Doutores), há a preocupação de estabelecer um contato maior com as(os) moradoras(es) dos bairros vizinhos através de serviços gratuitos, potencializando o atendimento clínico que já é oferecido

para a comunidade acadêmica. “Queremos estreitar ainda mais nossa relação com as(os) moradores de Nandiba e Cabula, O projeto de implantação durou quatro anos e a expectativa é de que em 2011, com a formatura da primeira turma, o curso já esteja reconhecido pelo Ministério da Educação.

As/Os primeiras(os) aprovadas(os) do curso terão à disposição três laboratórios: estratégias de avaliação psicológica, análise experimental do comportamento e de serviço de atendimento clínico e educacional. Com o novo curso, a psicóloga e professora universitária Nicoleta Mattos, acredita que a ampliação de vagas em graduação na UNEB terá reflexo positivo no perfil das(os) futuras(os) profissionais da área. “O curso de Psicologia sempre foi associado a determinadas classes sociais, mas com a abertura de vagas haverá trânsito de pessoas de origens diferenciadas”, afirma.



Amorim: “A grande procura nos deixou surpresos e com a imensa responsabilidade nas mãos de não decepcionar as(os) alunas(os) de Psicologia”.



Comissão de orientação e Fiscalização

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) tem como atribuição principal orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da psicologia. Além disso, as ações da COF visam tornar mais claras as possibilidades de atuação do Conselho e das (os) psicólogas (os) tanto para as (os) profissionais quanto para a sociedade em geral. Com isso, a COF vem esclarecer algumas dúvidas que chegam à Comissão sobre as funções privativas das (os) psicólogas (os) e diferenciar esta (e) profissional de profissionais de outras áreas de atuação.

- **Psicanalista** – profissional com formação em Psicanálise cuja carga horária de estudos varia a depender da instituição formadora. Esta (e) profissional pode ser também psicóloga (o) ou possuir outra graduação.
- **Psiquiatra** – profissional formado em Medicina com especialidade na área de Psiquiatria. Prescreve medicamentos (psicotrópicos) e em alguns casos também atua como psicoterapeuta. A depender da necessidade da (o) paciente, pode existir uma parceria de trabalho entre psicóloga (o) e psiquiatra em prol de resultados mais efetivos.
- **Psicoterapeuta** – profissional psicóloga (o) ou não, com formação em alguma abordagem/ linha psicoterapêutica. Caso a (o) psicoterapeuta não seja psicóloga (o), não poderá fazer uso do título de “psicóloga (o)” e nem se valer das funções

privativas da profissão como: aplicação de Testes Psicológicos e realização de Avaliação Psicológica. Muitos profissionais da Psicologia acreditam que “psicoterapeuta” é um título restrito a psicólogas (os), mas, não é.

- **Psicóloga (o)** – profissional com curso de graduação em Formação de Psicóloga (o) com duração de 5 anos (incluindo carga horária de estágio) e inscrição no CRP correspondente, tornando-a (o) habilitada (o) para o exercício da profissão. A (o) psicóloga (o) pode trabalhar com qualquer prática na área da Psicologia desde que esteja autorizada pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP.

A (o) psicóloga (o) pode atuar em várias áreas, sendo 11 especialidades reconhecidas pelo CFP (Resolução CFP nº 13/2007):

1. **Psicologia Escolar/Educacional;**
2. **Psicologia Organizacional e do Trabalho;**
3. **Psicologia de Trânsito;**
4. **Psicologia Jurídica;**
5. **Psicologia do Esporte;**
6. **Psicologia Clínica;**
7. **Psicologia Hospitalar;**
8. **Psicopedagogia;**
9. **Psicomotricidade;**
10. **Psicologia Social;**
11. **Neuropsicologia.**

Função Privativa da Psicologia:

§ 1º- Constitui função privativa da (o) Psicóloga (o) a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

Entre os métodos e técnicas psicológicas estão os Testes Psicológicos que também são de uso privativo e restrito de psicólogas (os). Desse modo, o uso de métodos privativos por outras (os) profissionais não psicólogas (os) implica em exercício ilegal da profissão, caracterizando contravenção penal punível com prisão de 15 (quinze) dias a 03 (três) meses e multa.

FALE COM A COF

Para entrar em contato com a cof envie um para cof@crp03.org.br.

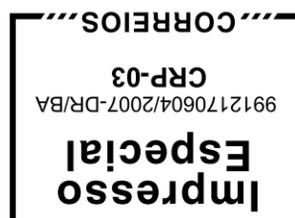
Comissão de Ética

A Comissão de Ética (COE) é responsável pela interpelação e julgamento das faltas éticas cometidas pelas (os) psicólogas (os), inscritas (os) no CRP-03, durante o exercício profissional. Os processos disciplinares são absolutamente sigilosos, mas qualquer psicóloga (o) tem direito a acessar suas informações pessoais e solicitar declarações a serem emitidas pela Comissão de Ética. Assim como em outras profissões, a (o) psicóloga (o) possui um Código de Ética, documento que reúne diretrizes que orientam a forma de atuação da (o) profissional. A versão mais recente do nosso Código foi elaborada pelo XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia e aprovada durante Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, APAF, no ano de 2005. O nosso Código de Ética

tem como princípio fundamental a promoção de direitos do ser humano e responsabilidade social da (o) profissional da Psicologia. Psicóloga (o) conheça este importante documento para o exercício da sua profissão! Entre no site do Conselho Federal de Psicologia: www.pol.org.br, clique em “Legislações” e baixe o conteúdo gratuitamente.

Fale com a COE

Para entrar em contato com a COE envie um email para: coe@crp03.org.br.



REMETENTE
Conselho Regional de
Psicologia da 3ª Região
Rua Artistas Novis, 27, Federação
40210-630 - Salvador - BA